



gestão de ativos
sgoic

IMGA LIQUIDEZ

FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

**RELATÓRIO E CONTAS
2022**

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	2
NOTA INTRODUTÓRIA	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIOS E DE CURTO PRAZO.....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
REMUNERAÇÕES PAGAS A COLABORADORES E ÓRGÃOS SOCIAIS DA SOCIEDADE	11
ERROS DE VALORIZAÇÃO	12
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	12
NOTAS INFORMATIVAS.....	13
ANEXOS.....	16
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	
• DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA	
• RELATÓRIO DE AUDITORIA	

Relatório de Gestão



Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 6 de abril de 2010 e investe essencialmente em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de curto prazo.

Em 2015 alterou a sua denominação de Millennium Liquidez para IMGA Liquidez, em linha com a alteração da denominação de todos os Fundos geridos pela IMGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A partir de 28 de novembro de 2019, passou a estar disponível para comercialização a Categoria I de Unidades de Participação deste Fundo, a qual, no entanto, não foi ainda constituída.

A Categoria R de Unidades de Participação deste Fundo está disponível para comercialização desde 1 de abril de 2021, tendo sido constituída a 10 de maio de 2022.

Síntese da Evolução dos Mercados

O ano de 2022 encerrou com perdas generalizadas nas diferentes classes de ativos, desde o segmento de maior risco aos mais defensivos do universo de rendimento fixo, em forte contraste com as valorizações registadas em finais de 2021, originadas pelas políticas monetárias expansionistas e o otimismo sobre a extinção da pandemia.

As rendibilidades negativas deste ano estiveram alicerçadas quer na deterioração dos fundamentais económicos, quer no comportamento ascendente das taxas de juro. As perspetivas para a atividade económica em 2022 já apontavam para uma desaceleração do ritmo de crescimento, uma tendência que se reforçou perante as implicações económicas da invasão russa à Ucrânia e a necessidade de os bancos centrais confrontarem os níveis mais elevados da inflação desde as décadas de 70/80, através do ciclo mais agressivo de subida de taxas diretoras desde então.

A trajetória das taxas de juro governamentais foi ascendente, fruto do incremento das taxas reais quer nos EUA quer na Alemanha, que atingiram máximos desde 2009 e 2014, respetivamente, e contribuíram decisivamente para a variação anual da taxa de juro nominal com maturidade a 10 anos de 236 pontos base nos EUA (para 3,87%) e de 275pb na Alemanha (para 2,57%). A agressividade do ciclo de subida de taxas no curto-prazo significou incrementos mais pronunciados das taxas de juro com maturidades mais curtas, o que deu origem à inversão das respetivas curvas de rendimentos.

O término do programa de compras do Banco Central Europeu (BCE) e a trajetória ascendente das taxas de juro alemãs comprometeram as estratégias de *carry* e contribuíram para a ocorrência de alargamentos dos diferenciais de taxa de juro da periferia face à Alemanha. O spread de Itália no prazo a 10 anos alargou 79pb, tendo os diferenciais de custo de financiamento de Portugal e de Espanha registado acréscimos de 37 e de 35pb, respetivamente.

A perceção de deterioração dos fundamentais assumiu um papel determinante no desempenho das classes de maior risco. Mais especificamente, apesar de as estimativas de crescimento dos resultados empresariais não terem sofrido revisões em baixa significativas no decorrer de 2022, o acréscimo dos custos de financiamento e a expectativa de incremento dos incumprimentos e de queda dos resultados contribuíram para desvalorizações algo significativas na classe acionista e para o alargamento dos spreads da dívida empresarial.

O acréscimo das taxas de juro soberanas foi determinante para a rendibilidade dos demais segmentos de rendimento fixo, em particular para os subsegmentos de melhor qualidade creditícia, tipicamente mais expostos ao risco de taxa de juro. A combinação de taxas de juro mais elevadas com os fortes alargamentos de spread ocorridos significou rendibilidades negativas da dívida empresarial *investment grade* (-13,7% na Europa).

Os segmentos dotados de maior risco de crédito, como o de *high-yield* entregaram igualmente rendibilidades negativas em 2022 (-10,6%). Pese embora os níveis historicamente reduzidos de incumprimentos, a expectativa de deterioração dos fundamentais e a subida dos custos de financiamento na Europa contribuíram para a ocorrência de alargamentos expressivos dos respetivos *spreads*, que atingiram máximos desde a crise pandémica. O contributo da subida das taxas de juro foi igualmente negativo para a rendibilidade deste segmento, embora comparativamente inferior ao contributo para o *investment grade*. A performance do subsegmento de dívida subordinada englobou-se no desempenho do *high-yield*, tendo averbado desvalorizações superiores a 13% na Europa.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve igualmente pressionado em 2022, fruto da atuação restritiva dos bancos centrais das principais economias desenvolvidas, da valorização do dólar dos EUA e mais especificamente do sentimento de aversão ao risco que imperou nos mercados financeiros ao longo do ano. A rendibilidade negativa deste segmento deveu-se igualmente ao contributo negativo da componente de taxa de juro e ao alargamento dos respetivos *spreads*, que originaram perdas superiores a 20% em 2022. A fragilidade económica da China contribuiu igualmente para o acréscimo dos níveis de volatilidade do universo. Também a dívida empresarial de emergentes sofreu alargamentos de *spreads* e rendibilidades negativas no ano (-16%), embora menos pronunciadas que as da dívida soberana.

A rendibilidade da generalidade das praças acionistas em 2022 foi negativa, associada à já referida perceção de deterioração dos fundamentais, ao seu impacto esperado nos resultados empresariais e à esperada compressão das margens operacionais num ambiente de inflação ainda elevada e de menor capacidade de definição de preços num ambiente macroeconómico mais desfavorável.

Não obstante, a evolução das valorizações da classe acionista não foi determinada, em 2022, pela evolução dos resultados, que exibiram um crescimento, mas sim pelo ajuste ocorrido nos múltiplos de mercado. A evolução destes refletiu o acréscimo verificado nas taxas de juro, o sentimento de maior aversão pelo risco e as condições financeiras mais desafiantes. A correção dos múltiplos incidiu principalmente sobre os títulos com maior prémio, como os títulos com maior efeito de duração como o estilo *growth*, em que se inserem vários títulos do setor de tecnológicas. Em oposição, os estilos com enviesamentos *dividend yield* e *value* estiveram em destaque pela positiva, em termos relativos.

A dispersão de rendibilidades foi considerável, perceptível pela valorização de 2,8% do índice português PSI (+2,8%) e pelo britânico FTSE 100 (+0,9%), fruto das respetivas composições setoriais com enviesamento *value*. O destaque pela negativa na Europa foram as praças holandesa (-13,7%) e alemã (-12,3%), reflexo da sua natureza mais cíclica e das implicações da crise energética. Nos EUA, o S&P500 perdeu 19,4%, com o setor imobiliário, de tecnológicas e de retalho entre os mais frágeis, em larga medida em resultado das subidas das taxas de juro e das perspetivas económicas mais pessimistas. Inversamente, seguradoras, bancos e setores defensivos como de saúde e farmacêutico estiveram em destaque pela positiva em 2022. Os índices de menor capitalização bolsista registaram perdas em média superiores aos de maior capitalização, quer na Europa quer nos EUA.

Em termos agregados o índice MSCI World desvalorizou 19,5% (em dólares), com os índices de mercados emergentes entre os mais penalizados (-22,4%), contando também aqui com elevada dispersão (valorização do índice brasileiro e quebra acentuada dos índices da China).

A atuação mais proeminente da Fed, a respetiva subida de taxas de juro e o ambiente de aversão ao risco constituíram um ambiente favorável para o dólar dos EUA, particularmente contra a divisa nipónica (+13,9%) e ao euro (6,2%), que fizeram mínimos plurianuais. As divisas de mercados emergentes mostraram-se pressionadas ao longo do ano, tendo de forma agregada assinalado perdas superiores a 5%.

O desempenho do cabaz de matérias-primas foi positivo em 2022 (+16,1%), não obstante a trajetória ascendente do dólar. Os metais industriais e a madeira estiveram em destaque pela negativa, em oposição aos desempenhos globalmente favoráveis dos bens agrícolas e do segmento energético.

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 27 de janeiro de 2022 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA European Equities.

A 3 de fevereiro foi constituída a Categoria I para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Iberia Fixed Income ESG, tendo a 14 de fevereiro sido constituída para os fundos Money Market, IMGA Ações América e IMGA Global Equities Selection.

IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA

A 25 de janeiro o fundo IMGA Retorno Global alterou a sua política de investimento, bem como a sua denominação para IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 10 de maio foi constituída a Categoria R para o fundo IMGA Liquidez.

INCLUSÃO DE NOVA ENTIDADE COMERCIALIZADORA

A 24 de outubro foi incluída a Caixa Central Crédito Agrícola como nova entidade comercializadora dos fundos IMGA Alocação Defensiva e IMGA Investimento PPR/OICVM.

IMGA PME FLEX

A 15 de novembro iniciou-se a comercialização da Categoria I de Unidades de Participação do fundo IMGA PME Flex. O Fundo iniciou a atividade a 2 de janeiro de 2023.

CONSTITUIÇÃO DO FUNDO IMGA FINANCIAL BONDS 3Y, 2,25%, Série I

A 27 de dezembro de 2022 foi autorizada, pela CMVM, a constituição do fundo IMGA Financial Bonds, 3 Y, 2,25%, Serie I, fundo aberto de duração limitada, a ser distribuído através do Millennium BCP e da Caixa Central Crédito Agrícola Mútuo. O Fundo iniciou a comercialização a 2 de janeiro de 2023.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

Em janeiro, na sequência da entrada em vigor do Regulamento da Taxonomia, foi introduzida, nos Prospetos dos fundos de investimento mobiliário, uma menção sobre o alinhamento dos Fundos ao referido Regulamento.

Em fevereiro foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em abril foi alterada a hora limite aplicável aos processos de subscrição e resgate efetuados através do Banco Best.

Em maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2021.

Em junho foi alterado o Prospeto do fundo IMGA Rendimento Semestral, na sequência da alteração do Indicador Sintético de Risco e Remuneração.

Em outubro foram efetuadas alterações em todos os Prospetos dos fundos (com exceção dos fundos Ibéria), com a atualização do processo de adaptação dos mesmos em matéria de sustentabilidade e enquadrando-os no artigo 8º da regulamentação SFDR.

Ao longo do ano de 2022 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 29 de abril e 30 de agosto foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

COMERCIALIZAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DOS FUNDOS IMGA

A 2 de dezembro, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores («CNMV»), das notificações para comercialização, numa base transfronteiriça, dos fundos IMGA European Equities, IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Money Market, IMGA Global Equities Selection, IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Ações América, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desses fundos junto dessa Autoridade Competente espanhola.

IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO PRIIPs

A 30 de dezembro, de forma a adaptar a documentação pré-contratual à entrada em vigor da Regulamentação PRIIPs (*Packaged Retail Investment and Insurance Products*) para os Fundos de Investimento, foi elaborado e divulgado um novo documento de informação pré contratual (DIF – Documento de Informação Fundamental) que substituiu o IFI (Informações Fundamentais para o Investidor) para todos os Fundos de Investimento abrangidos por esta regulamentação.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO

O fundo Almond Tree Private Equity Fund – FCR iniciou a 8 de setembro a sua atividade.

A 28 de dezembro realizou-se um aumento de capital no fundo Capitalves, FCR.

ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DO AUDITOR EXTERNO

Com efeitos a 1 de julho, a Mazars & Associados – SROC, SA passou a ser representada pelo Sr. Dr. Pedro Miguel Pires de Jesus, na qualidade de auditor externo da IM Gestão de Ativos – SGOIC, SA e Auditor dos OIC geridos pela Sociedade.

Desempenho dos Fundos Monetários e de Curto Prazo

A subida das taxas de juro de curto prazo, nomeadamente a Euribor, teve impacto na rentabilidade dos fundos de investimento, uma vez que não conseguiram incorporar no imediato a subida de rendimento proveniente dos ativos, tais como papel comercial e obrigações com maturidades reduzidas. Nesta categoria, os fundos beneficiam da subida dos juros à medida que os ativos vão sendo renovados a novas taxas de juro, no entanto, o hiato de tempo que medeia entre a subida promovida pelos bancos centrais e o aumento de rentabilidade dos ativos é promotora de alguma detração nas subscrições.

Assim, a redução dos montantes sob gestão na categoria dos fundos de curto prazo, onde se incluem os fundos do mercado monetário, foi superior à das restantes categorias de fundos de investimento em Portugal, pelo seu peso em termos de ativos sob gestão. A perda nesta classe foi de 18% enquanto as restantes categorias tiveram uma quebra acumulada de 14%. Para este facto contribuiu a diminuição de rendimento dos fundos deste segmento, que somente na segunda metade do ano beneficiaram do incremento das taxas de curto prazo.

Na IMGA, os ativos sob gestão da categoria de Fundos Monetários e de Curto Prazo totalizaram €1.058M em 2022, uma diminuição de aproximadamente €209M relativamente a dezembro de 2021.

A rentabilidade negativa nesta categoria foi o principal fator para o aumento de resgates, uma vez que os participantes nesta classe procuram uma rentabilidade associada à liquidez, a qual no último ano ficou aquém das expectativas. Esta tendência foi sensível na generalidade das sociedades gestoras.

No final de 2022 esta categoria representava aproximadamente 29,3% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
CA MONETÁRIO	-0,07%	0,15%	1	-0,06%	0,09%	1	-0,03%	0,07%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	-0,17%	0,17%	1	-0,08%	0,10%	1	-0,08%	0,08%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	-0,17%	0,17%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	0,82%	0,32%	1	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	-2,05%	0,54%	2	-0,97%	0,87%	2	-0,67%	0,72%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	-3,28%	1,35%	2	-1,13%	0,91%	2	-0,73%	0,71%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	-	-	-	-	-	-	-	-	-

O IMGA MONEY MARKET CAT I e o IMGA LIQUIDEZ CAT R não têm rentabilidade a 1 ano.
Fonte: IMGA a 31 de dezembro de 2022.

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2022 foi caracterizado pela crise geopolítica originada pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e o consequente aumento dos preços energéticos e alimentares, tendo efeitos adversos sobre a inflação que assumia à data um caráter transitório, mas que se tornou mais permanente.

A recuperação económica que estava em curso no mundo após a pandemia agravou as pressões inflacionistas, pelo que os bancos centrais, no âmbito do seu mandato, tiveram de agir, terminando os programas de estímulos à economia, com o fim dos programas de compras e o aumento das taxas de juro. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram mais rapidamente que o esperado, com a curva temporal a fazer uma inversão devido aos receios de uma recessão económica futura.

No mercado obrigacionista de dívida privada os acontecimentos descritos anteriormente traduziram-se no aumento dos *spreads* do segmento *Investment Grade*, tanto na Europa como nos EUA. Os riscos de uma possível recessão económica devido ao ritmo elevado de subida das taxas de juro pelos bancos centrais, no sentido de controlar a inflação, poderá comprometer o crescimento económico. Adicionalmente, a política de tolerância zero à Covid seguida pela China comprometeu o seu crescimento económico com impactos a nível mundial. No entanto, os *spreads* atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação.

Durante os primeiros nove meses do ano verificou-se uma redução significativa das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito a diminuir significativamente, e uma posterior reversão parcial deste movimento no último trimestre do ano.

No contexto descrito anteriormente e durante o ano de 2022 a estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Liquidez assentou numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento acentuado da inflação e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais. Devido à forte subida das taxas de juro durante o ano o Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas, privilegiando o segmento *Investment Grade* e emitentes de setores mais defensivos.

Os setores privilegiados foram os da energia, matérias-primas e financeiro com maturidades de curto prazo de forma a ter o perfil de risco/retorno mais conservador devido ao alargamento dos *spreads* da curva de crédito. Reduziu-se o investimento de obrigações em taxa indexada e incrementou-se o investimento de taxa fixa de curto prazo de forma a obter um maior rendimento para o Fundo.

Durante o ano o Fundo manteve os seus níveis de duração reduzidos, através de cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto positivo na performance do Fundo durante o ano de 2022. Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para reduzir exposição a alguns emitentes com maior risco de crédito e de maturidades mais longas para evitar um acréscimo de volatilidade no Fundo.

Na gestão de instrumentos de mercado monetário, a estratégia prosseguida foi de numa primeira fase aumentar a exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa que começaram a apresentar taxas de reinvestimentos positivas, em contrapartida da redução dos depósitos bancários.

O Fundo fez uma rotação no primeiro semestre nos investimentos em instrumentos de mercado monetário com o aumento da sua exposição a obrigações de maturidades inferiores a 1 ano devido à atratividade desta classe de ativos em termos de risco/retorno e da necessidade de diversificação dos níveis de risco de crédito dos emitentes. Este movimento foi motivado pela falta de atratividade dos depósitos bancários e papel comercial que apresentavam taxas de juro baixas ou mesmo nulas. Numa fase posterior, associada ao segundo semestre do ano, em que as instituições

financeiras começaram a refletir nos depósitos bancários as taxas de juro de referência mais elevadas dos bancos centrais, o Fundo aumentou a sua exposição aos depósitos bancários e ao papel comercial por estes instrumentos apresentarem um perfil de retorno mais elevado face ao risco/volatilidade incorporado.

O desempenho do Fundo em 2022 foi influenciado pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito e pelo alargamento dos *spreads* da periferia da Zona Euro. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, não tendo registado desvalorizações expressivas. Por outro lado, a subida acentuada das taxas de juro sem risco penalizou também a performance do Fundo. A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito para captar o prémio de risco ficou mais limitada devido à volatilidade das taxas de juro e dos *spreads* de crédito e de forma a manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.

A influenciar o desempenho do Fundo estiveram também as taxas de juro que se praticaram no mercado monetário, pela rotação no primeiro semestre do reinvestimento para a classe de obrigações de curto prazo que começaram a apresentar taxas de juro positivas e pelo aumento significativo dos prémios de risco de crédito. Posteriormente, no segundo semestre, com o aumento das taxas de juro dos depósitos bancários e da rendibilidade apresentada pelo papel comercial procedeu-se à reversão do movimento inicial devido à atratividade destes instrumentos em termos do perfil de risco/retorno.

No final de dezembro de 2022 a Categoria A do IMGA Liquidez apresentava uma rendibilidade a 1 ano de -3,3%, tendo atingido um valor líquido global de €620,2M, inferior em 31,9% face aos €911,9M de dezembro de 2021. Desde o início do ano, esta categoria registou vendas líquidas negativas de €265,2M, com subscrições de €62,9M e resgates de €328,1M.

A Categoria R do Fundo foi constituída a 10 de maio de 2022, não tendo atingido valores expressivos em termos de valor líquido global. Dado o tempo de atividade esta categoria não apresenta rendibilidade a 1 ano.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 2 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (RGOIC), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2022			
ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	RENDIMENTO FIXO	RENDIMENTO VARIÁVEL	NÚMERO A 31/12/2022
COMISSÃO EXECUTIVA			
Presidente e Administradores	300.457	154.159	3
Administradores independentes	40.080	-	1
CONSELHO FISCAL			
Presidente e vogais	31.000	-	3
COLABORADORES			
Colaboradores	1.839.881	259.709	37

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2022.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da sociedade, cujos serviços prestados representaram um encargo total de €31.980.

Em 2022 foi ainda pago o montante de €2.500 referente a indemnizações, por cessação de contrato de trabalho.

Erros de Valorização

Tendo em atenção o estipulado no n.º 7 do art.º 161 do RGOIC, comunicamos que, no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2022, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

No período decorrido entre o termo do exercício e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto IMGA Liquidez

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 6 de abril de 2010

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira em 31 dezembro de 2022: 620 220 M Euros

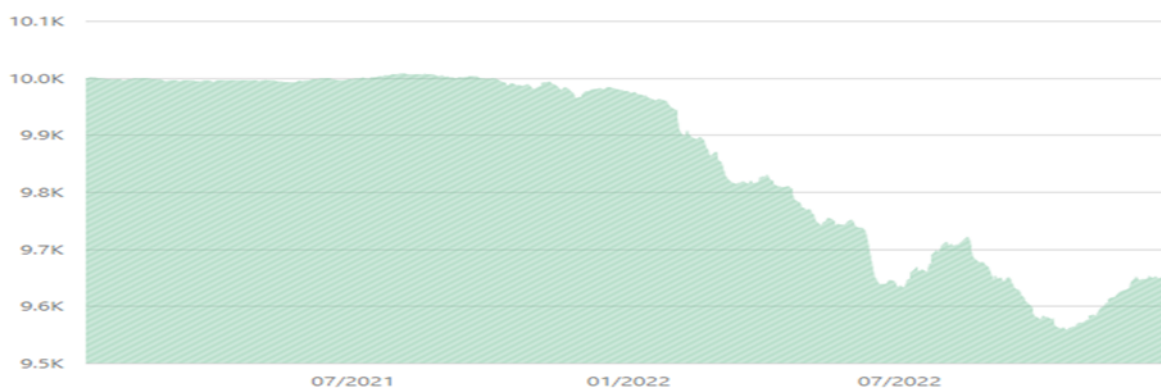
EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IMGA LIQUIDEZ CAT A										
Rendibilidade	1,2%	0,5%	0,0%	0,2%	0,1%	-0,5%	0,2%	0,2%	-0,2%	-3,3%
Risco (nível)	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R										
Rendibilidade										-
Risco (nível)										-

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro de mercado, através do investimento, efetuado preferencialmente em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo, designadamente depósitos e instrumentos do mercado monetário, tais como bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 397 dias e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente. Serão ainda entendidos como instrumentos do mercado monetário, os instrumentos financeiros que sejam submetidos a ajustamentos periódicos de rentabilidade em função das condições do mercado monetário pelo menos uma vez em cada 397 dias. b) Na data de aquisição de cada emissão, a qualidade creditícia, medida através do rating do emitente ou da emissão, tem de apresentar notações (de rating) equivalentes aos escalões superiores ("investment grade") fornecidas pelas agências de rating ou por instituições financeiras ou risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão. c) O fundo poderá investir em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do seu valor líquido global. d) O fundo não poderá investir em unidades de participação de outros organismos de investimento coletivo. e) O fundo poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, desde que, em simultâneo, efetue a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado, nos termos deste Prospeito. f) O fundo investirá, no mínimo, 20% do seu valor líquido global em ativos com maturidade residual superior a 2 anos, detendo, em permanência, uma carteira cuja maturidade média ponderada seja superior a 6 meses e cuja duração média ponderada seja superior a 1 ano, ambas na aceção do Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho. g) Ao fundo não serão aplicáveis as regras relativas aos fundos do mercado monetário, designadamente o Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades a atualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

IMGA LIQUIDEZ CAT A		31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação		8 915 658,7926	36 112 830,5967	109 312 156,7836	170 583 291,1503	119 944 489,2111
Valor Unitário UP (Euros)		5,3385	5,3499	5,3587	5,3460	5,1708
IMGA LIQUIDEZ CAT R		31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022
Nº UP's em circulação						3 053,6022
Valor Unitário UP (Euros)						4,9528

CUSTOS E COMISSÕES

Unidades: milhares €

Mercado	Região	2022		2021		2020		2019	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	153 007	0,0	328 138	0,0	252 803	0,4	102 432	0,0
Mercados União Europeia	Alemanha	21 882		36 218		16 643		3 140	
	Finlândia	997							
	Bélgica	14 056		10 547					
	França	38 843		71 771		51 556		5 907	
	Países Baixos	38 283		56 883		14 379		6 115	
	Espanha	72 146		52 892		29 736		10 021	
	Itália	21 960		86 703		83 051		18 101	
	Suécia	9 975				1 001		1 002	
	Dinamarca	14 937		6 956					
	Luxemburgo	73 619		80 433		22 500		1 001	
	Irlanda	12 385		5 061		400		401	
	Grécia			6 081				3 575	
	Chipre							2 059	
Noruega	2 000								
sub-total		321 083	21,4	413 544	7,4	219 266	0,0	51 322	0,2
Outros Mercados	EUA	69 602		48 737		46 285		14 602	
	Suíça	10 461		16 878		1 004			
	Reino Unido	49 735		66 361		24 068		9 088	
	China							4 102	
	Japão	4 422		11 016		9 108		3 261	
	Emirados Árabes Unidos							2 402	
	sub-total	134 220	0,0	142 992	3,0	80 464	0,0	33 455	0,0
Total		608 310	21,4	884 674	10,4	552 533	0,4	187 209	0,2

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

31.12.2022	
Valores mobiliários	458 010 108,10
Saldos bancários	153 976 838,07
Outros ativos	8 810 197,99
Total dos ativos	620 797 144,16
Passivos	577 581,64
Valor Líquido de Inventário	620 219 562,52

TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)	
						SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	23 932 776	-	1 138 369	22 794 407	247 421	23 041 827	5%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	376 834 788	45 640	22 118 912	354 761 516	2 382 504	357 144 020	78%
<i>O.M.Regulamentados Estados Ues</i>	4 803 900	-	72 600	4 731 300	23 151	4 754 451	1%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	47 114 392	14 947	4 001 994	43 127 345	538 882	43 666 227	9%
2. OUTROS VALORES	32 600 580	-	5 040	32 595 540	(39 991)	32 555 549	7%
TOTAL	485 286 436	60 587	27 336 915	458 010 108	3 151 966	461 162 075	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	7 158 666
As mais-valias de investimentos	56 638 918
Custos	
Custos de gestão	(722 628)
Custos de depósito	(361 313)
Outros encargos, taxas e impostos	(234 225)
As menos-valias de investimentos	(88 942 638)
Custos de negociação	(27 721)
Lucro líquido	(26 490 940)
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	62 908 319
Resgates	(328 127 789)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	IMGA LIQUIDEZ CAT A		IMGA LIQUIDEZ CAT R	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2020	585 765 817,71	5,3587		
31.12.2021	911 929 973,14	5,3460		
31.12.2022	620 204 438,91	5,1708	15 123,61	4,9528

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Descritivo	31.12.2021	Compras	Vendas	+/- Valias realizadas	(Valores em Euro)
					31.12.2022
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(81 276 400)	-	(54 991 600)	9 592 515	(136 268 000)
Operações Sobre Cotações					

Anexos

- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS
- DIVULGAÇÃO PERIÓDICA AO ABRIGO DOS REGULAMENTOS SFDR E TAXONOMIA
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas 2022

IMGA LIQUIDEZ

Índice

BALANÇO	2
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	7
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10

Balanço

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

		ATIVO				PASSIVO	
Código	Designação	31-12-2022		mv/p	Períodos		
		Bruto	Mv		31-12-2022	31-12-2021	
	Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM						
33	Ativos Intangíveis das SIM						
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>						
21	Carteira de Títulos	446 700 964	59 927	(27 324 170)	419 436 722	511 774 409	
22	Obrigações						
23	Ações						
24	Outros Títulos de Capital						
25	Unidades de Participação						
26	Direitos						
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	38 585 471	660	(12 745)	38 573 387	27 600 000	
	Outros Ativos	485 286 486	60 587	(27 336 915)	458 010 108	539 374 409	
31	Outros ativos						
	<i>Total de Outros Ativos</i>						
411+...+418	Terceiros	5 146 632			5 146 632	3 364 491	
	Contas de Devedores						
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	5 146 632			5 146 632	3 364 491	
	Disponibilidades						
12	Depósitos à Ordem	3 676 838			3 676 838	20 654 175	
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	150 300 000			150 300 000	345 300 000	
14	Certificados de Depósito						
18	Outros Meios Monetários						
	<i>Total das Disponibilidades</i>	153 976 838			153 976 838	365 954 175	
51	Acréscimos e diferimentos	3 642 094			3 642 094	3 404 686	
52	Acréscimos de Provetos						
53	Despesas com Custo Diferido	21 471			21 471	0	
59	Outros acréscimos e diferimentos						
	Contas transitorias ativas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	3 663 566			3 663 566	3 404 686	
	TOTAL DO ATIVO	643 073 472	60 587	(27 336 915)	620 797 144	912 097 761	
	TOTAL DO PASSIVO						
	Capital do OIC						
61	Unidades de Participação						852 916 486
62	Variações Patrimoniais						58 631 310
64	Resultados Transiados						2 493 548
65	Resultados Distribuídos						
67	Dividendos Antecipados das SIM						
66	Resultados Líquidos do Período						(2 111 336)
	<i>Total do Capital do OIC</i>						911 929 979
481	Provisões Acumuladas						
	Provisões para Encargos						
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>						
421	Terceiros						
422	Resgates a Pagar a Participantes						
423	Rembolsos a Pagar a Participantes						
424+...+429	Comissões a Pagar						98 768
43+412	Outras contas de Credores						484 786
44	Empréstimos Obtidos						22 840
45	Pessoal						
	Acionistas						
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>						165 106
55	Acréscimos e diferimentos						
56	Acréscimos de Custos						2 460
58	Receitas com Provetto Diferido						41 567
59	Outros Acréscimos e Diferimentos						222
	Contas transitorias passivas						
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>						2 682
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO						
							912 097 761
	Valor Unitário da Unidade - Participação - Classe A						5,1708
	Valor Unitário da Unidade - Participação - Classe R						4,9528

(valores em Euro) **EXTRAPATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

		DIREITOS SOBRE TERCEIROS		RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
Código	Designação	Períodos		Designação	Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021		31-12-2022	31-12-2021
	Operações Cambiais			Operações Cambiais		
911	À vista			À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			Swaps cambiais		
914	Opções			Opções		
915	Futuros			Futuros		
	<i>Total</i>			<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro			Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			Opções		
925	Futuros			Futuros	136 268 000	81 276 400
	<i>Total</i>			<i>Total</i>	136 268 000	81 276 400
	Operações Sobre Cotações			Operações Sobre Cotações		
934	Opções			Opções		
935	Futuros			Futuros		
	<i>Total</i>			<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros			Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>			<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS			TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	136 268 000	81 276 400
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		136 268 000	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		81 276 400

Demonstração de Resultados

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores em Euro)

		CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
Código	Designação	Períodos		Períodos	
		31-12-2022	31-12-2021	31-12-2022	31-12-2021
	Custos e Perdas Correntes				
711+718	Juros e Custos Equiparados	457			
719	De Operações Correntes			6 641 390	3 634 001
	De Operações Extrapatrimoniais			515 160	98 954
	Comissões e Taxas				
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	27 721	14 419		
724+...+728	Outras Operações Correntes	1 197 178	1 325 354		
729	De Operações Extrapatrimoniais				
	Perdas em Operações Financeiras				
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	42 106 456	6 041 756	1 018 033	488 520
731+738	Outras Operações Correntes				
739	Em Operações Extrapatrimoniais	46 836 181	6 783 900	55 620 885	7 967 709
	Impostos				
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais				
7411+7421	Patrimoniais				
7412+7422	Impostos Indirectos	115 610	130 170		0
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício				
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 920	4 921		
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	90 288 524	14 300 519	63 795 468	12 189 184
79	Outros custos e perdas das SIM				
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				
	Custos e Perdas Eventuais				
781	Valores Incobráveis				
782	Perdas Extraordinárias				
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			2 116	
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)			2 116	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
	Resultado Líquido do Período (se>0)			26 490 940	2 111 336
66	TOTAL	90 288 524	14 300 519	90 288 524	14 300 519
	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos				
(8*/2/3)-(7*2/3)	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(34 474 754)	(1 933 654)	2 116	
8*9 - 7*9	Resultados Correntes	8 784 704	1 183 809	(26 375 330)	(1 981 165)
B-A		(26 493 056)	(2 111 336)	(26 490 940)	(2 111 336)

Demonstração de Fluxos de Caixa

.....→

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		62 908 319		719 871 173
Subscrição de unidades de participação	62 908 319		719 871 173	
...				
PAGAMENTOS:		328 127 789		391 595 682
Resgates de unidades de participação	328 127 789		391 595 682	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(265 219 470)		328 275 491
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		531 330 431		562 700 306
Venda de títulos e outros ativos	381 812 006		371 312 927	
Reembolso de títulos e outros ativos	142 020 000		186 584 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	7 498 425		4 803 379	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		485 090 205		803 465 313
Compra de títulos e outros ativos	485 046 962		803 441 280	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	21 385		10 389	
Outras taxas e comissões	1 811		4 030	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira	20 048		9 614	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		46 240 226		(240 765 007)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		149 052 096		21 075 870
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	55 620 885		7 158 780	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	15 177 712		2 720 844	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	78 253 499		11 196 245	
PAGAMENTOS:		140 822 783		24 072 861
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	46 028 370		6 783 900	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	15 687 107		4 401 776	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	79 107 306		12 887 184	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		8 229 313		(2 996 991)

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	31-dez-22		31-dez-21	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		129 467		86 834
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	129 467		86 834	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		1 356 873		1 379 548
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários	465		70	
Comissão de gestão	776 502		799 424	
Comissão de depósito	388 251		399 711	
Taxa de supervisão	111 552		108 652	
Impostos e taxas	80 102		71 691	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes				
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 227 405)		(1 292 714)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários	0		0	
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais	0		0	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(211 977 337)		83 220 780
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		365 954 175		282 733 396
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		153 976 838		365 954 175

Notas às Demonstrações Financeiras

.....→
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Liquidez – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 11 de março de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 06 de abril de 2010. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento efetuado, maioritariamente, em instrumentos de baixa volatilidade e de curto prazo, designadamente depósitos, bilhetes do tesouro, papel comercial, obrigações de taxa variável e de taxa fixa, e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente. Na data de aquisição de cada emissão, a qualidade creditícia, medida através do rating do emitente ou da emissão, tem de apresentar notações (de rating) equivalentes aos escalões superiores (“investment grade”) fornecidas pelas agências de rating ou por instituições financeiras ou risco de crédito equivalente na ótica da entidade responsável pela gestão.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

O valor da unidade de participação, para efeitos de constituição do OIC, é de cinco euros.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2021	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2022
		Categoria A	Categoria R	Categoria A	Categoria R				
Valor base	852 916 456	60 030 321	15 268	(313 224 361)	-	-	-	-	599 737 684
Diferença p/Valor Base	58 631 310	2 862 898	(168)	(14 903 429)	-	-	-	-	46 590 611
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	2 493 543	-	-	-	-	-	(2 111 336)	-	382 207
Resultados do período	(2 111 336)	-	-	-	-	-	2 111 336	(26 490 940)	(26 490 940)
SOMA	911 929 973	62 893 219	15 100	(328 127 789)	-	-	-	(26 490 940)	620 219 563
Nº de Unidades participação									
Categoria A	170 583 291	12 006 070	-	(62 644 872)	-	-	-	-	119 944 489
Categoria R	-	-	3 054	-	-	-	-	-	3 054
Valor Unidade participação									
Categoria A	5.3460	-	-	-	-	-	-	-	5.1708
Categoria R	-	-	-	-	-	-	-	-	4.9528

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2022	31-12-22	5.1708	620 204 439	119 944 489	4.9528	15 124	3 054	620 219 563	119 947 543
	30-09-22	5.1348	659 309 256	128 400 551	4.9184	5 902	1 200	659 315 158	128 401 751
	30-06-22	5.1627	704 773 919	136 515 276	4.9453	5 934	1 200	704 779 853	136 516 476
	31-03-22	5.2662	763 857 796	145 051 344	-	-	-	763 857 796	145 051 344
Ano 2021	31-12-21	5.3460	911 929 973	170 583 291	-	-	-	911 929 973	170 583 291
	30-09-21	5.3577	895 320 729	167 111 782	-	-	-	895 320 729	167 111 782
	30-06-21	5.3577	811 502 544	151 467 385	-	-	-	811 502 544	151 467 385
	31-03-21	5.3553	731 441 542	136 583 517	-	-	-	731 441 542	136 583 517
Ano 2020	31-12-20	5.3587	585 765 818	109 312 157	-	-	-	585 765 818	109 312 157
	30-09-20	5.3493	309 150 859	57 793 027	-	-	-	309 150 859	57 793 027
	30-06-20	5.3350	210 855 746	39 523 633	-	-	-	210 855 746	39 523 633
	31-03-20	5.2946	206 790 946	39 057 121	-	-	-	206 790 946	39 057 121

Em 31 de dezembro de 2022, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria A	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-
2% ≤ UPs < 5%	-	1
0.5% ≤ UPs < 2%	3	-
UPs < 0.5%	22.102	-
TOTAL	22.105	3

O valor da unidade de participação, para efeitos de resgate, é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia e divulgado no dia seguinte, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2022, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	43 544 628	3 056 508	79 093 683	-	122 638 311	3 056 508
Obrigações Diversas	329 090 535	15 226 161	439 340 516	-	768 431 051	15 226 161
Papel Comercial	6 965 605	72 262 325	-	-	6 965 605	72 262 325
Contratos de Futuros	-	8 267 742	-	7 303 855	-	15 571 597
Outros Ativos	-	23 349 136	-	-	-	23 349 136
Total	379 600 767	122 161 873	518 434 199	7 303 855	898 034 966	129 465 727

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	62 908 319	-
Resgates	328 127 789	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	8 634 940	-	(150 183)	8 484 757	74 288	8 559 045
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	6 862 093	-	(885 083)	5 977 010	124 658	6 101 668
Galp Gas 1.375% 19/09/23	3 976 090	-	(32 450)	3 943 640	15 521	3 959 161
NOS SGPS 1.125 02/05/23	4 459 653	-	(70 653)	4 389 000	32 955	4 421 955
	23 932 776	-	(1 138 369)	22 794 407	247 421	23 041 827
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 0.35% 30/07/23	2 993 070	-	(26 370)	2 966 700	4 430	2 971 130
BOTS 0% 12/05/23	2 994 595	-	(18 385)	2 976 210	-	2 976 210
European Union 0% 04/11/25	2 424 425	-	(119 000)	2 305 425	-	2 305 425
Spain Letras del Tesoro 0% 09/06/23	4 974 933	-	(24 633)	4 950 300	-	4 950 300
Spain Letras Del Tesoro 0% 10/03/23	2 990 296	660	-	2 990 957	-	2 990 957
SPGB 0% 31/05/25	4 002 160	-	(280 600)	3 721 560	-	3 721 560
	20 379 480	660	(468 988)	19 911 152	4 430	19 915 582
-Obrigações diversas						
AIB Group 1.5% 29/03/23	6 114 924	-	(130 708)	5 984 216	68 301	6 052 517
Altria Group Inc 1% 15/02/23	10 050 000	-	(70 445)	9 979 555	87 397	10 066 952
Amadeus IT Group SA 2.5% 20/05/24	5 151 890	-	(226 390)	4 925 500	77 055	5 002 555
Aroundtown SA 0% 16/07/26	9 872 270	-	(2 752 370)	7 119 900	-	7 119 900
AT&T Inc 2.5% 15/03/23	3 001 440	-	(683)	3 000 757	59 795	3 060 552
Banco Bilbao Vizcaya ARG 1.75% 26/11/25	6 687 747	-	(343 785)	6 343 962	11 243	6 355 205
Banco Sabadell SA 0.875% 05/03/23	3 003 645	-	(11 506)	2 992 139	21 647	3 013 786
Banco Santander 1.375% 05/01/26	8 418 580	-	(1 001 540)	7 417 040	108 493	7 525 533
Bank of America Corp Float 22/09/26	6 123 232	-	(205 012)	5 918 220	4 622	5 922 842
Bank of Ireland Group 0.75% 08/07/24	6 531 200	-	(130 455)	6 400 745	23 507	6 424 252
Bankinter SA 0.875% 08/07/26	12 385 640	-	(1 750 640)	10 635 000	50 630	10 685 630
Banque Fed Cred Mutuel 0.75% 15/06/23	4 018 006	-	(45 326)	3 972 680	16 356	3 989 036
Barclays PLC 08/12/23	9 207 437	-	(285 017)	8 922 420	10 634	8 933 054
Bat Intl Finance PLC 2.75% 25/03/25	13 117 560	-	(1 431 000)	11 686 560	254 055	11 940 615
Bayer Capital Corp 1.5% 26/06/26	7 371 000	-	(886 200)	6 484 800	53 795	6 538 595
Belfius Bank SA/NV 0.375% 02/09/25	5 039 455	-	(475 155)	4 564 300	6 164	4 570 464
BNP Paribas 1.125% 11/06/26	5 971 605	-	(751 317)	5 220 288	35 664	5 255 952
BNP Paribas 1.5% 17/11/25	1 958 200	-	(71 000)	1 887 200	3 616	1 890 816
BNP Paribas Var 04/06/26	1 823 000	12 480	-	1 835 480	5 753	1 841 233
BRISA Concessão Rodoviária SA 2% 22/03/23	6 841 150	-	(151 776)	6 689 374	104 263	6 793 637
Caixa Geral de Depositos Var 15/06/26	4 824 250	-	(89 950)	4 734 300	78 373	4 812 673
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	10 476 100	-	(1 425 300)	9 050 800	73 459	9 124 259
Credit Agricole Var 22/04/26	5 591 822	-	(2 522)	5 589 300	41 589	5 630 889
Credit Mutuel Arkea 1.625% 15/04/26	5 336 533	-	(704 733)	4 631 800	57 877	4 689 677
DANBANK 0 7/8 05/22/23	6 043 800	-	(93 480)	5 950 320	32 075	5 982 395
Danske Bank A/S 0.5% 27/08/25	2 791 740	19 290	-	2 811 030	5 178	2 816 208
Dassault Systems 0% 16/09/24	3 933 970	-	(150 370)	3 783 600	-	3 783 600
Deutsche Bank AG Var 19/11/25	7 432 185	-	(616 175)	6 816 010	8 000	6 824 010
EDP Finance BV 2.375% 23/03/23	1 004 520	-	(3 017)	1 001 503	18 414	1 019 917
EssilorLuxottica 0% 27/05/23	3 991 280	-	(25 080)	3 966 200	-	3 966 200
Essity AB 1.125% 27/03/24	5 435 008	-	(191 072)	5 243 936	46 368	5 290 303
Glaxosmithkline Capital 0.125% 12/05/23	5 994 120	-	(36 300)	5 957 820	4 788	5 962 608
Goldman Sachs Group Inc Float 19/03/26	4 069 575	-	(100 615)	3 968 960	4 083	3 973 043
Haitong Bank SA Float 08/02/25	7 800 000	-	(69 420)	7 730 580	36 563	7 767 143
Holcim Finance Lux SA 3% 22/01/24	1 033 174	-	(33 704)	999 470	28 192	1 027 662
HSBC Holdings PLC Float 24/09/26	4 092 780	-	(123 660)	3 969 120	1 047	3 970 167
Ing Groep NV Var 29/11/25	9 128 485	-	(331 865)	8 796 620	1 041	8 797 661
Intesa Sanpaolo SPA 1.75% 12/04/23	5 573 190	-	(84 410)	5 488 780	69 353	5 558 133
Intesa SanPaolo SPA 2.125% 30/08/23	2 056 920	-	(63 800)	1 993 120	14 322	2 007 442
KBC Group NV Var 10/09/26	7 185 170	910	-	7 186 080	3 068	7 189 148
La Banque Postale 0.5% 17/06/26	907 200	5 000	-	912 200	2 699	914 899
Leaseplan Corporation NV 1% 02/05/23	4 028 920	-	(55 240)	3 973 680	26 630	4 000 310
McDonald's Corp 1% 15/11/23	6 020 560	-	(96 580)	5 923 980	7 562	5 931 542
Mercedes-Benz Intl Fince 1.625% 22/08/23	4 068 600	-	(97 440)	3 971 160	23 329	3 994 489
Merlin Properties SOCIMI 2.225% 25/04/23	4 012 520	-	(24 280)	3 988 240	60 959	4 049 199
Mizuho Financial Group 0.184% 13/04/26	4 995 300	-	(573 300)	4 422 000	6 604	4 428 604
Morgan Stanley Var 08/05/26	2 862 960	-	(5 580)	2 857 380	40 620	2 898 000
Morgan Stanley Var 23/10/26	924 960	-	(1 430)	923 530	2 537	926 067

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Nykredit Realkredit AS 0.25% 13/01/26	7 008 820	-	(833 350)	6 175 470	16 877	6 192 347
RaboBank Nederland 2.375% 22/05/23	2 541 834	-	(23 299)	2 518 535	36 522	2 555 058
REN Finance BV 1.75% 01/06/23	7 070 102	-	(113 432)	6 956 670	71 486	7 028 156
Servicios Medio Ambiente 0.815% 04/12/23	4 972 190	-	(103 740)	4 868 450	2 903	4 871 353
Societe Generale 0.875% 01/07/26	4 133 330	-	(566 970)	3 566 360	17 548	3 583 908
Societe Generale Var 21/04/26	8 067 900	-	(624 140)	7 443 760	62 630	7 506 390
Stellantis NV 2.75% 15/05/26	7 683 200	-	(991 620)	6 691 580	121 301	6 812 881
Stora Enso OYJ 2.125% 26/06/23	1 017 520	-	(20 030)	997 490	11 527	1 009 017
UBS AG 0.75% 21/04/23	4 016 396	-	(35 036)	3 981 360	20 877	4 002 237
UBS Group AG 1.25% 01/09/26	2 208 822	-	(314 181)	1 894 641	8 702	1 903 343
Unicredit SPA 2% 04/03/23	7 131 200	-	(131 806)	6 999 394	115 836	7 115 229
Unicredit SPA Var 30/06/23	4 512 731	-	(10 571)	4 502 160	-	4 502 160
Utah Acquisition Sub 2.25% 22/11/24	7 522 630	-	(765 530)	6 757 100	16 829	6 773 929
Volkswagen Bank GMBH 0.75% 15/06/23	6 549 530	-	(114 790)	6 434 740	26 579	6 461 319
Volkswagen Bank GMBH 2.5% 31/07/26	5 132 500	-	(472 800)	4 659 700	52 397	4 712 097
Vonovia SE 0% 01/12/25	5 506 500	-	(688 280)	4 818 220	-	4 818 220
Wells Fargo & Company 2.25% 02/05/23	6 119 800	-	(120 700)	5 999 100	89 507	6 088 607
Wells Fargo & Company Float 04/05/25	956 680	7 300	-	963 980	8 834	972 814
	356 455 308	44 980	(21 649 924)	334 850 364	2 378 074	337 228 438
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Volvo Treasury AB 1.625% 18/09/25	4 803 900	-	(72 600)	4 731 300	23 151	4 754 451
	4 803 900	-	(72 600)	4 731 300	23 151	4 754 451
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Abbott Ireland Financing 0.875% 27/09/23	1 970 256	4 004	-	1 974 260	4 555	1 978 815
Anglo American Capital 1.625% 11/03/26	6 382 830	-	(807 570)	5 575 260	78 801	5 654 061
Anglo American Capital 3.25% 03/04/23	4 167 006	-	(269 791)	3 897 215	94 261	3 991 476
Bank of America Corp 0.75% 26/07/23	4 004 762	-	(47 002)	3 957 760	12 986	3 970 746
Barclays Plc Float 12/05/26	2 030 780	-	(70 600)	1 960 180	7 306	1 967 486
Citigroup, Inc 2.125% 10/09/26	9 870 480	-	(1 443 240)	8 427 240	58 685	8 485 925
Goldman Sachs Group Inc 2% 27/07/23	5 084 656	-	(101 056)	4 983 600	43 014	5 026 614
Imperial Brands Fin PLC 3.75% 26/02/26	9 029 215	-	(1 262 735)	7 766 480	227 836	7 994 316
UBS Goup AG Var 29/01/26	4 574 407	10 943	-	4 585 350	11 438	4 596 788
	47 114 392	14 947	(4 001 994)	43 127 345	538 882	43 666 227
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
EDA 302 EM PC 25/11/22 - 24/01/23	3 000 000	-	-	3 000 000	(3 191)	2 996 809
Iberdrola International BV ECP 2.31% 20/12/22 - 20/04/23	5 000 000	-	-	5 000 000	(35 020)	4 964 980
Instituto de Credito Oficial ECP 1.54% 26/09/22 - 27/03/23	5 000 000	-	-	5 000 000	(18 252)	4 981 748
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	10 000 580	-	-	10 000 580	39 966	10 040 546
Repsol Europe Finance ECP 1.65% 21/10/22 - 20/01/23	4 000 000	-	-	4 000 000	(3 651)	3 996 349
Santander Consumer ECP 2.14% 04/05/22 - 28/04/23	2 000 000	-	-	2 000 000	(13 693)	1 986 307
SUGAL Alimentos SA 26ª EM PC 16/12/22 - 16/01/23	1 300 000	-	-	1 300 000	1 354	1 301 354
SUMMA ECP 1.9% 04/03/22 - 10/02/23	1 800 000	-	(5 040)	1 794 960	(3 821)	1 791 139
SUMMA ECP 2.65% 30/11/22 - 11/04/23	500 000	-	-	500 000	(3 682)	496 318
	32 600 580	-	(5 040)	32 595 540	(39 991)	32 555 549
TOTAL	485 286 436	60 587	(27 336 915)	458 010 108	3 151 966	461 162 075

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

- b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada;
 - c. Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- i) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	59 927	957 446	1 017 373	3 338 098	3 191 957	-	6 530 055
Instrumentos de dívida	660	-	660	109 759	1 576	-	111 335
Depósitos	-	-	-	66 599	448 561	-	515 160
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro Futuros	-	55 620 885	55 620 885	-	-	-	-
TOTAL	60 587	56 578 331	56 638 918	3 514 456	3 642 094	-	7 156 550

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	25 276 392	16 825 024	42 101 416	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	5 040	5 040	-	-	-
Depósitos	-	-	-	457	-	457
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	807 811.43	807 811.43	-	-	-
Taxa de Juro	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	46 028 370	46 028 370	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	667 506	55 122	722 628
de Depósito	-	-	-	333 753	27 560	361 313
de Supervisão	-	-	-	87 681	14 954	102 635
de Carteira de títulos	-	-	-	27 721	-	27 721
Outras	-	-	-	10 603	-	10 603
TOTAL	25 276 392	63 666 246	88 942 638	1 127 721	97 635	1 225 356

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2022 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2022	31-12-2021
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	115 610	130 170
	115 610	130 170
TOTAL	115 610	130 170

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	169 309 152	-	-	(136 268 000)	-	33 041 152
de 1 a 3 anos	62 234 805	-	-	-	-	62 234 805
de 3 a 5 anos	106 808 695	-	-	-	-	106 808 695
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	751.527	0,10%	6	0,11%
Comissão de Depósito	375.762	0,05%	3	0,05%
Taxa de Supervisão	102.634	0,01%	1	0,01%
Custos de Auditoria	4.920	0,00%	0	0,00%
Outros Custos Correntes	78.724	0,01%	1	0,01%
TOTAL	1.313.567		11	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,18%		0,18%

(1) Média relativa ao período de referência

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 2022

.....→
IMGA LIQUIDEZ

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **IMGA Liquidez**

Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **549300S0WSCPTLW7RP13**

Código do fundo (CMVM): **1231**

Características ambientais e/ou sociais

Por “Investimento Sustentável”

deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

Sim

x Não

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental**: ____%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social**: ____%

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises e classificações de rating ESG de fornecedores externos independentes.

Salientamos, no entanto, que dada a existência de um desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem dados ESG, que ocorrerá de forma progressiva até ao ano 2026, e a data de preparação deste relatório, muitas das empresas analisadas não dispunham de dados suficientes que nos permitissem avaliar o seu posicionamento face a um número significativo de indicadores ESG, pelo que a avaliação e análise que consta deste relatório apenas considera a informação disponível à data da sua produção.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2022 corresponde a um nível de **Risco Médio**, com uma cobertura de dados de cerca de 85% do valor dos ativos do fundo, sendo que 32% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 40% apresentavam risco médio e apenas

14% apresentavam risco elevado, não existindo qualquer investimento em ativos considerados com risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos à sustentabilidade ambiental foram os que mais contribuíram favoravelmente para esta notação de rating ESG. De salientar, no entanto, que das 87 entidades em carteira, 61 não dispõem de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental analisados, correspondendo a cerca de 73% da carteira de ativos. Existe ainda o investimento em 3 governos europeus, dos quais 2 são considerados sustentáveis do ponto de vista ambiental e social, e correspondentes a cerca de 3% da carteira de ativos.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 44% desta notação, penalizado principalmente por questões relacionadas com ética empresarial no setor bancário e beneficiado pelos indicadores relativos aos direitos humanos, corrupção e acesso a serviços básicos. A contribuir favoravelmente para a sustentabilidade social estão também as obrigações governamentais detidas, que correspondem a cerca de 3% dos ativos do Fundo.

Foi detetada uma situação de *non-compliance* com o Princípio 10 do UN Global Compact (“as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno”) e com os Capítulos VII e VIII das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (“combate à corrupção, à solicitação de suborno e à extorsão” e “interesses do consumidor”), correspondente a uma posição de cerca de 1% do fundo. A empresa está a tomar medidas para reforçar a supervisão, sendo uma situação a acompanhar.

● **Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?**

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Notação de Rating ESG: Risco Médio		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	21,8%	5,1%	7,5%	10,9%	2,6%	4,1%	5,2%	0,6%	0,9%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	16,4%	1,6%		10,4%	1,0%		1,9%	0,1%	
	Proteção e Restauo da Biodiversidade e dos Ecossistemas	10,0%	0,7%		7,2%	0,5%		2,5%	0,1%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	11,7%	0,9%	44,2%	4,6%	0,4%	16,8%	0,0%	0,0%	11,3%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	90,6%	9,6%		43,9%	3,8%		31,0%	2,5%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	12,0%	1,3%		7,9%	0,7%		3,3%	0,4%	
	Ética Empresarial	90,8%	18,6%		44,1%	5,9%		31,2%	4,3%	
	Corrupção	9,7%	0,6%		4,0%	0,4%		1,2%	0,0%	
	Relação com a comunidade	10,2%	1,2%		7,2%	0,9%		2,5%	0,4%	
	Privacidade e Segurança de Dados	62,7%	11,4%		27,5%	4,4%		23,6%	3,6%	
Acesso a Serviços Básicos	4,9%	0,6%	1,9%	0,1%	1,2%	0,1%				
Corporate Governance	Corporate Governance	91,7%	27,6%	27,6%	45,0%	11,3%	11,3%	32,2%	7,9%	7,9%
Outros	Outros	59,7%	20,8%	20,8%	26,3%	4,6%	4,6%	23,4%	2,7%	2,7%
TOTAL		-	100,0%	100,0%	-	36,8%	36,8%	-	22,9%	22,9%
% Ativos do Fundo		100%			47%			33%		

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa um maior risco ESG inerente ao emiteente e/ou uma maior exposição do Fundo ao mesmo.

A notação de rating ESG de “**Risco Médio**” resulta em 37% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representam cerca de 47% da carteira de ativos (ver gráfico de alocação de ativos abaixo). Destes cerca de 33% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 23% da notação de “**Risco Médio**” atribuída. A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Sendo a primeira análise efetuada, não é possível realizar comparações face a períodos anteriores.

● **Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?**

Ver resposta ao ponto anterior relativa à questão sobre o desempenho dos indicadores de sustentabilidade.

● **Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?**

Apenas são considerados como sustentáveis emiteentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade quer ambiental como social, não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, os investimentos considerados como sustentáveis cumprem diretrizes e princípios globais de sustentabilidade, nomeadamente ao nível dos direitos humanos, práticas laborais, proteção do ambiente e combate à corrupção.

● **Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?**

Estão incorporados na análise dos indicadores de sustentabilidade, dos quais resulta a notação de rating ESG, diversos indicadores de impactos negativos, relativamente a cada setor em que as empresas emiteentes se inserem e a fatores intrínsecos ao próprio emiteente. O modelo de atribuição de rating, na sua componente quantitativa, considera diversos indicadores de impactos negativos para identificação dos critérios ESG mais relevantes para cada indústria, tais como emissões de gases com efeitos de estufa categorias 1, 2 e 3, consumo de água, etc. A materialidade destes indicadores em cada setor de atividade é determinada com base em research, incluindo informação obtida através do SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e do PRI (United Nations – Principles for Responsible Investment).

● **Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:**

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emittentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

O Fundo tem em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, integrando na metodologia de rating diversos indicadores ambientais e sociais, conforme discriminado na questão relativa ao desempenho dos indicadores de sustentabilidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

Investimentos mais avultados	Setor	% de ativos	País
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	2,43%	Luxemburgo
DP/NB/EUR	Liquidez	2,43%	Portugal
Bat Intl Finance PLC 2.75% 25/03/25	Consumer, Non-cyclical	1,92%	Reino Unido
Bankinter SA 0.875% 08/07/26	Financial	1,72%	Espanha
Altria Group Inc 1% 15/02/23	Consumer, Non-cyclical	1,62%	Estados Unidos da América
NOS SGPS SA 9 EM PC 06/10/22 - 05/01/23	Communication Services	1,62%	Portugal
DP/BCP/EUR	Liquidez	1,56%	Portugal
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	Financial	1,47%	Espanha
DP/BANKOFCHINA/EUR	Liquidez	1,46%	Luxemburgo
Barclays PLC 08/12/23	Financial	1,44%	Reino Unido
Ing Groep NV Var 29/11/25	Financial	1,42%	Países Baixos
Galp Energia SGPS SA 1 15/02/23	Energy	1,38%	Portugal
Citigroup, Inc 2.125% 10/09/26	Financial	1,37%	Estados Unidos da América
DP/BIC/EUR	Liquidez	1,29%	Portugal
Imperial Brands Fin PLC 3.75% 26/02/26	Consumer, Non-cyclical	1,29%	Reino Unido

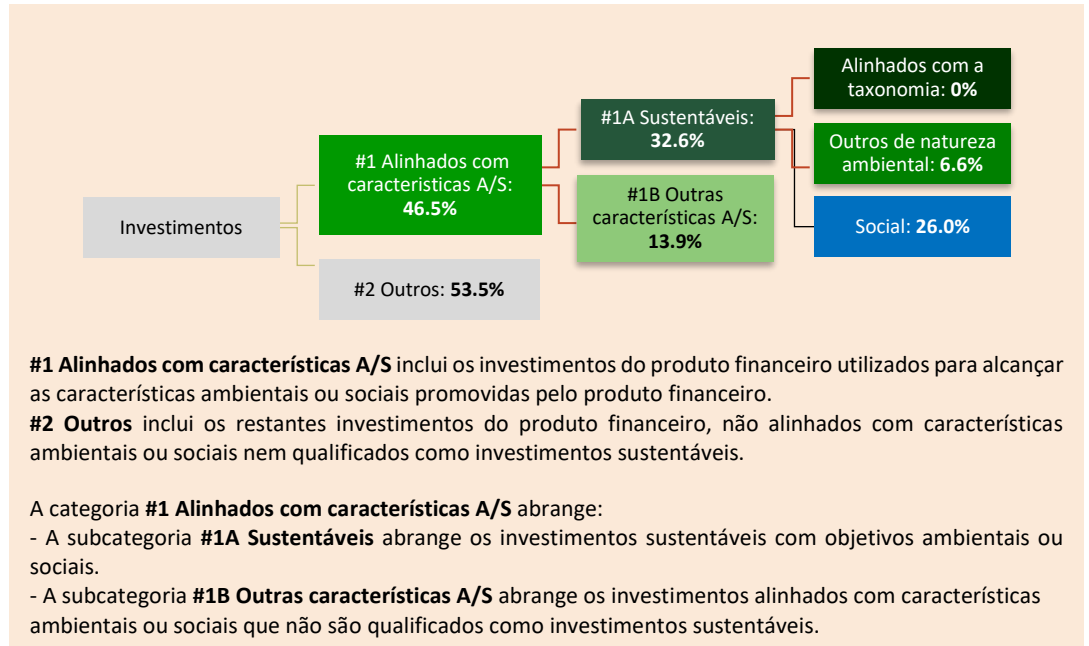
A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 31/12/2022



Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2023. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo	
Financial	Banks	36,02%	
	Real Estate	1,92%	
	Diversified Finan Serv	1,90%	
	REITS	0,65%	
	Consumer, Non-cyclical	Agriculture	4,84%
Consumer, Non-cyclical	Pharmaceuticals	3,11%	
	Commercial Services	1,90%	
	Healthcare-Products	0,96%	
	Cosmetics/Personal Care	0,85%	
	Beverages	0,21%	
	Consumer, Cyclical	Auto Manufacturers	4,31%
	Retail	0,96%	
Government	Sovereign	4,01%	
Utilities	Electric	2,58%	
	Gas	0,64%	
Energy	Oil&Gas	3,01%	
Communication Services	Media	1,62%	
Basic Materials	Mining	1,55%	
	Communications	Media	0,71%
Industrial	Telecommunications	0,49%	
	Environmental Control	0,79%	
	Building Materials	0,17%	
Technology	Packaging&Containers	0,16%	
	Software	0,61%	
ABCP	ABCP	0,37%	
Liquidez	Depósito a Prazo	24,30%	
	Depósito à Ordem	1,35%	



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

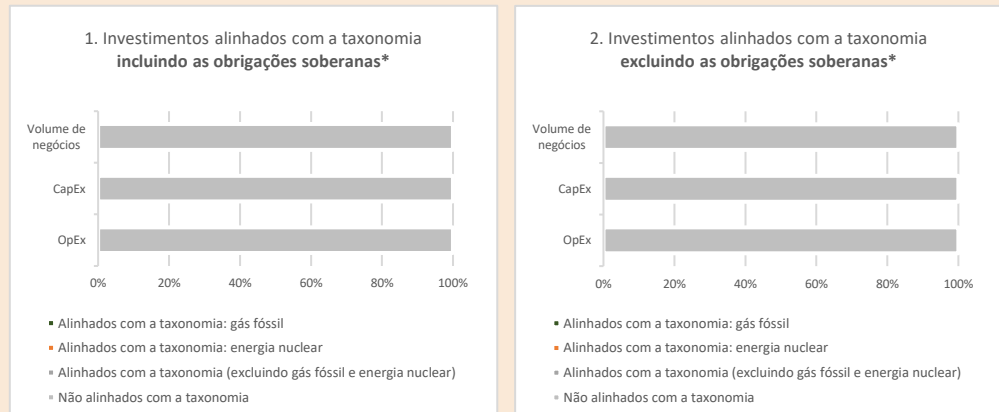
- **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?**

Sim:

 Gás fóssil Energia nuclear

 Não

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.**

- **Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?**

Dada a ausência de informação fornecida pelas empresas em que o Fundo investiu, devido ao desfasamento temporal entre a obrigatoriedade das empresas reportarem e a data de preparação deste relatório, não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da UE e qual a percentagem de investimento em atividades de transição e capacitantes.

- **Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?**

Conforme referido na questão anterior não existem dados que nos permitam fazer esta comparação.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme referido nas questões anteriores não existem dados divulgados pelas entidades em que o Fundo investiu que nos permitam concluir qual a percentagem de investimentos alinhados ou não com a taxonomia.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 32.6% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 26% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG.

Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos perante a necessidade de informação em matéria ESG ainda não disponível para uma parte muito significativa dos emitentes do universo de investimento em que o Fundo se enquadra.

Não incluídos nesta percentagem, por se tratar de extrapatrimoniais, estão os derivados de taxa de juro, utilizados para gestão da duração do fundo e, conseqüentemente, exposição ao risco de subida da taxa de juro.



Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Relatório de Auditoria 2022

IMGA LIQUIDEZ

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Liquidez – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o “OIC”) gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 620 797 144 euros e um total de capital do OIC de 620 219 563 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26 490 940 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Notas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Liquidez – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela Outra informação. A outra informação compreende o modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 11.º do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 6.º do Regulamento (UE) 2020/852, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar relativamente a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

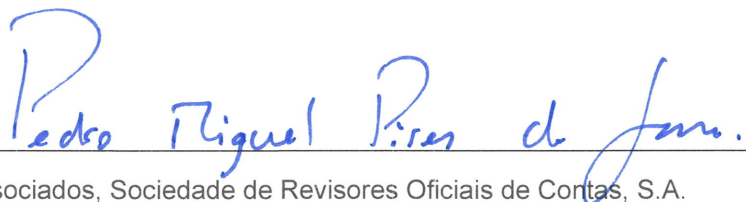
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015 de 24 de fevereiro, na sua redação atual, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação; e
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 27 de abril de 2023



Pedro Miguel Pires de Jesus.

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)